

PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO S.A. – PROMAN
CNPJ/MF nº 02.291.077/0001-93
Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM ABRIL DE 2017

Prezados Senhores,

O Conselho de Administração da **PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO S/A – PROMAN, (“PROMAN” ou “COMPANHIA”)** submete à apreciação de seus acionistas a proposta da administração sobre as matérias que constarão da ordem do dia na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2017, nos termos a seguir expostos:

I. EXAME, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, ACOMPANHADAS DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da PROMAN foram aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia e auditados pela empresa de Auditoria Independente

HLV Auditores S/S, CNPJ sob o nº 00.181.183/0001-99, CÓDIGO CVM nº 1176-2, previamente à manifestação favorável do Conselho de Administração, proferida nas deliberações da Reunião do Conselho de Administração realizada em, 23 de março de 2017 tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração do exercício de 2016 encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e desta empresa (www.promanmt.com.br).

II. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

A Administração da Companhia, em conformidade com os preceitos estabelecidos no artigo 34º do seu Estatuto Social, comunica que a empresa não auferiu lucro, no exercício findo em 31.12.2016, não havendo, portanto, distribuição de dividendos aos acionistas.

III. FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO ANUAL GLOBAL DOS ADMINISTRADORES

A Administração da Companhia propõe fixar a remuneração anual global dos administradores em R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), sendo R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para o Conselho de Administração e o saldo remanescente para a Diretoria.

Considerando que a Assembleia irá deliberar, dentre outras matérias, sobre a aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, apresentamos os comentários dos Diretores acerca da situação financeira da Companhia.

COMENTÁRIO DOS DIRETORES

Senhores acionistas

A seguir comentaremos sobre os seguintes aspectos (formulário de Referência – Item 10):

CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS DA PROMAN

Contexto Econômico Financeiro

Principais itens financeiros comparados ao exercício anterior:

ITEM	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Circulante	2.522	2.314
Ativo Não Circulante	16.624	17.566
Permanente Imobilizado	16.624	17.566
Ativo Total	19.346	19.880
Passivo Circulante	2.557	3.098
Passivo Não Circulante	15.689	15.682
Patrimônio Líquido	1.100	1.100
Passivo Total	19.346	19.880
Receita Operacional Líquida	4.311	4.311
Resultado Financeiro Líquido	(1.973)	(1.347)
Lucro Líquido após IR	0	13

Receita Operacional

A Receita Operacional da PROMAN é originada, exclusivamente, pela comercialização do montante energia elétrica garantida à empresa.

O montante de energia pertencente a PROMAN foi garantido através do Contrato de Concessão ANEEL nº 10/2000, celebrado entre o Poder Concedente, através da Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL e as empresas integrantes do Consórcio Manso (PROMAN e FURNAS).

A condição de venda da totalidade da energia garantida a PROMAN foi definida pelo contrato de compra e venda de energia elétrica (CCVE) celebrado entre PROMAN (vendedora) e FURNAS (compradora).

O volume de energia garantida a PROMAN, pelo Contrato de Concessão, a ser comercializada entre o período de 2017 a 2035 corresponde a 547.422,64 MW, que, ao valor da tarifa de energia praticada em 2017 (R\$178,53/MW) equivale a R\$ 97.731.363,92

Durante o exercício de 2017, a PROMAN comercializará 30.469,75 MW, perfazendo uma receita bruta anual equivalente a R\$ 5439764,47.

Prejuízo Acumulado / Passivo Circulante e Não Circulante

A Proman apresenta, basicamente, dois passivos onerosos.

O primeiro refere-se a obrigação de devolução, pela PROMAN, à FURNAS, do volume de energia elétrica disponibilizado no canteiro de obras à época da construção da Usina, que deverá ser deduzido da energia assegurada à PROMAN, conforme estabelecido no Contrato de Concessão ANEEL nº 10/2000.

Conforme disposto nos itens direitos e obrigações dos Parceiros integrantes do Consórcio APM-Manso, FURNAS, na qualidade de Parceiro Público, tinha a obrigação de disponibilizar ao Parceiro Privado, ou seja, a PROMAN, energia elétrica no Canteiro de Obras. Por sua vez, a PROMAN, na qualidade de Parceiro Privado, tem a obrigação de devolver, a partir do 7º ano de operação da Usina, o volume de energia disponibilizado, em parcelas mensais, iguais e consecutivas, durante 311 meses.

As condições do modo de devolução estabelecidas no Contrato de Constituição do Consórcio e no CCVE deverão ser ratificadas em Termo Aditivo ao CCVE que, até o momento, não foi celebrado.

A PROMAN, durante o exercício de 2016 pagou o equivalente a 12 parcelas mensais da referida dívida, apesar de não ter sido celebrado o Termo Aditivo ao CCVE. O volume de energia utilizada como base de cálculo a ser devolvido mensalmente, foi apurado por empresa de Auditoria Independente.

É importante ressaltar que Furnas contesta o volume de energia a ser devolvida pela PROMAN, por discordar da forma de apuração do mesmo, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 8 que integra as Demonstrações Financeiras da PROMAN, do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A matéria vem sendo objeto de disputa judicial, já tendo havido decisão favorável à PROMAN em primeira instância. Embora a sentença de primeira instância tenha sido posteriormente cassada, por questões processuais a serem corrigidas, e não pelo mérito, posto que durante o prazo concedido à Furnas para que se manifestasse sobre os documentos juntados pela PROMAN, os autos permaneceram indisponíveis, impossibilitando que a Autora exercesse o direito ao contraditório, os consultores jurídicos desta companhia continuam classificando a perda dessa causa como REMOTA.

A PROMAN espera que, durante o exercício de 2017, essa devolução seja ratificada e formalizada mediante celebração do Termo Aditivo ao CCVE.

No final do exercício de 2016, restavam 8.839,89935 Mwh que serão deduzidas da energia assegurada em 191 parcelas mensais, iguais e consecutivas, até o mês de Novembro de 2032.

O outro passivo oneroso da empresa corresponde a 10.000 debêntures que estão, atualmente, em circulação.

Essas debêntures são remuneradas através de participação no resultado operacional da Companhia, a razão de 100%.

A Companhia apresentou um resultado operacional equivalente a R\$ 1.938.496,19, tendo sido distribuído aos debenturistas, a título de remuneração o equivalente a totalidade desse resultado.

Após o pagamento de remuneração a esses investidores, a PROMAN não auferiu lucro líquido.

Em relação ao item "debêntures", classificado no Passivo circulante e no Não Circulante, esclarecemos que:

De acordo com a escritura das debêntures toda a disponibilidade de caixa deve ser distribuída aos debenturistas, a título de remuneração e/ou amortização da conta passiva “debêntures”.

No ano de 2016, a disponibilidade de caixa foi superior à remuneração. Com isso, todo o saldo remanescente foi distribuído aos debenturistas a título de amortização da conta passiva “debêntures”, classificada no Passivo circulante.

Para o exercício de 2017, estimamos que haja redução no passivo circulante, pois estamos projetando que, a exemplo do ocorrido em 2016 a disponibilidade de caixa deverá se manter acima da distribuição de remuneração aos debenturistas e, por força de escritura, o saldo remanescente será utilizado no pagamento do Passivo circulante conta “debêntures” .

Em atendimento aos demais requisitos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários esclarecemos ainda que:

- ✓ Em relação a possibilidade de resgate de ações ou quotas:
 - hipóteses de resgate: Não se aplica
 - fórmula de cálculo do valor de resgate: Não se aplica
- ✓ capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos: Os dois únicos compromissos financeiros assumido da Cia corresponde a (i) **Devolução da Energia de Canteiro**, que corresponde a 1,82% do valor do faturamento mensal, sendo paga mediante dedução do montante de energia assegurada pelo Contrato de Concessão ANEEL nº 10/2000, ou seja, não há descolamento entre o preço de tarifa praticado no faturamento (receita) e na devolução da energia (passivo) ; e (ii) **debêntures remuneradas por participação nos resultados da Cia em circulação**. O pagamento de remuneração desse ativo está vinculado diretamente a formação de caixa disponível (após o pagamento das despesas correntes da empresa e da devolução da energia de canteiro – item (i) acima). Caso não haja suficiência de caixa, a escritura de emissão prevê que a remuneração devida e não paga não caracterizará uma evento de vencimento antecipado. Tal compromisso será classificado na Conta Passiva Debêntures para pagamento em momento posterior. Isso significa que, para esse compromisso, a empresa terá desembolso a cumprir, exclusivamente se for geradora de caixa.
- ✓ fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas: Não se aplica
- ✓ fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez: Não se aplica
- ✓ Níveis de endividamento e características de tais dívidas:
 - (1) Passivo: Volume de Energia Elétrica disponibilizada à PROMAN à época da construção da Usina APM-Manso que deverá ser devolvida em 311 meses, ou seja, até novembro de 2032
 - (2) Saldo a devolver: 8.839,89935 MWh (a ser ratificado mediante celebração do Termo Aditivo ao CCVE)
 - Valor da Dívida Total: R\$ 1.578.187,23 (calculado pela tarifa a ser praticada no exercício de 2017, ou seja, R\$ 178,53)
 - Montante de energia a ser devolvido em 2017: 555,3852 MWh
 - Valor em Real a ser devolvido em 2017: R\$ 99.152,92 (noventa e nove mil cento e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos)
 - Grau de subordinação entre as dívidas da Cia: A devolução da energia tem preferência aos demais compromisso da Cia, posto ser obrigação

disposta nos documentos que permeia a Concessão para exploração do APM-Mano

(2) Ativo: Debêntures Conversíveis em ações preferenciais, com participação nos lucros, em série única.

- Quantidade em circulação: 10.000 debêntures
- Preço unitário das debêntures em 31/12/2016: R\$1.663,74.
- Valor total do Passivo “Debêntures” em 31/12/2016; R\$ 16.637.366,41
- Grau de subordinação entre as dívidas da Cia: As debêntures são da espécie subordinada. Contudo, exceto pela devolução da energia de canteiro, compromisso constituído à época da construção da USINA e condição disposta na proposta vencedora do edital de licitação, a Cia não contraiu outras dívidas.
- Restrições impostas ao emissor, por força da escritura de emissão: Constituição de novos endividamentos, emissão de novos valores mobiliários, constituição de gravames sobre os bens da Cia, alienação dos bens da Cia, prestação de aval ou fiança para terceiros e/ou para os acionistas/administradores da Cia, alteração do Estatuto Social de cláusula que cerceiam os direitos conferidos aos debenturistas.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DO EMISSOR

- ✓ Resultados das operações do emissor, em especial:
- Descrição de quaisquer componentes importantes da receita: A Receita Operacional da PROMAN é gerada, exclusivamente, pela venda, à FURNAS, da energia garantida por força do Contrato de Concessão nº 10/2000 celebrada entre o Poder Concedente e as empresas integrantes do Consórcio Manso (FURNAS e PROMAN) por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A tarifa praticada foi estabelecida quando da venda da energia - Contrato de Compra e venda de energia elétrica celebrada entre FURNAS (compradora) e PROMAN (vendedora). Essa tarifa é reajustada nos meses de janeiro de cada exercício social pela variação acumulada do IGPdi, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas.
- fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais: Não se aplica
- ✓ Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxa de câmbio, inflação, alteração de volumes e introdução de novos produtos e serviços: Não se aplica
- ✓ Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor: Não se aplica

IMPACTOS PRESENTES OU FUTUROS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS

- ✓ Introdução ou alienação de segmento operacional: Não se aplica
- ✓ Constituição, aquisição, ou alienação de participação societária: Não se aplica
- ✓ Eventos ou operações não usuais: Não se aplica

MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- ✓ mudanças significativas nas práticas contábeis: Não se aplica
- ✓ efeitos significativos das alterações em práticas contábeis: Não se aplica

- ✓ Ressalvas e ênfases presente no parecer do auditor: **O Parecer dos Auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras do EMISSOR, do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não apresenta RESSALVAS e/ou ÊNFASES.**

POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS PELO EMISSOR

- ✓ políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, em espécies, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes pra descrição da situação financeira e dos resultados que exijam julgamentos subjetivos ou complexos,
- provisões, contingências, reconhecimento de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil dos ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custo de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros: Não se aplica

CONTROLES INTERNOS

- ✓ grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las: Os controles internos adotados pela Cia são considerados adequados, permitindo que as informações sejam divulgadas, de forma esclarecedoras aos órgãos fiscalizadores, aos auditores independentes, ao agente fiduciário da emissão de debêntures, aos acionistas, entre outros, com a maior brevidade possível.
- ✓ deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente: Não se aplica

OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

- ✓ Não foi feita, no exercício de 2016, oferta pública de distribuição de valores mobiliários
- ✓ Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados: Não se aplica

- ✓ se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição: Não se aplica
- ✓ caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios: Não se aplica

ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- ✓ os ativos e passivos detido pelo emissor, direta ou indiretamente que não apareçam no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
 - arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos: Não se aplica
 - carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos: Não se aplica

- contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços: Venda de energia garantida pelo Contrato de compra e venda de energia elétrica, cujo volume está garantido pelo contrato de Concessão ANEEL nº 10/2000, independente do volume de energia gerado pela APM-Manso (objeto da Concessão para exploração comercial). OBS Os Termos do Contrato de Concessão ANEEL nº 10/2000 encontra-se disponível no site www.aneel.gov.br e no site desta empresa www.promanmt.com.br
- Contratos de construção não terminada: Não se aplica
- Contratos de recebimentos futuros de financiamentos: Não se aplica
- outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras: Não se aplica

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AFETADAS PELOS ITENS SUPRACITADOS

- ✓ Como tais itens alterarão ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor: A empresa não apresentaria níveis de endividamento elevado e capital circulante líquido negativo já que a receita para pagamento do passivo é garantida pelo Contrato de Concessão ANEEL 10/2000 mas não está classificada no ativo da Cia.
- ✓ Natureza e o propósito de operação: Não se aplica
- ✓ Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação: O volume de energia garantida a PROMAN, pelo Contrato de Concessão, a ser comercializada entre o período de 2017 a 2035 corresponde a 547.422,64 MW, que, ao valor da tarifa de energia praticada em 2017, equivale a R\$ 97.731.369,92.

PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR

- ✓ Investimentos
- Por força dos diversos contratos celebrados entre a Cia e Furnas Centrais Elétricas, com a interveniência da Agência Nacional de Energia Elétrica e/ou Eletrobrás, a consorciada FURNAS responsabilizar-se-á pela operação e manutenção do APM-Manso, até o término do período de Concessão, arcando, inclusive com o ônus dessa atividade.
- Sendo a PROMAN, uma sociedade que tem com objetivo social, exclusivamente a exploração comercial do APM-Manso, não estão previstos investimentos por parte da empresa.

FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL DA CIA

fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção: Não se aplica

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

1. Informar o lucro líquido do exercício: R\$ 0,00
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados; Não se aplica
3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído: Não se aplica
4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores: Não se aplica

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
 - a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe: Não se aplica
 - b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio: Não se aplica
 - c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio: Não se aplica
 - d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento: Não se aplica
6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:
 - a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados: Não se aplica
 - b. Informar a data dos respectivos pagamentos: Não se aplica
7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:
 - a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores
 - b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:

Ano	Lucro Líquido no Exercício – R\$	Prejuízo Acumulado – R\$ (*)	Dividendos ou juros sobre Capital Próprio – R\$
2014	0,00	(12.645,24)	0,00
2015	12.645,24	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00

(*) Após a incorporação do lucro líquido auferido no exercício – Posição em 31 de dezembro

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal
 - a. Identificar o montante destinado à reserva legal: Não se aplica
 - b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal: Não se aplica
9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos
 - a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos: Não se aplica
 - b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos: Não se aplica
 - c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa: Não se aplica
 - d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais: Não se aplica
 - e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe: Não se aplica
10. Em relação ao dividendo obrigatório
 - a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto: Art 34 §1º - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda; §2º - Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções de que trata o §1º supra, destinar-se-á:
 - a) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% (vinte por cento) do capital social ou o limite previsto no §1º do artigo 193 da Lei 6.404/76;
 - b) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata a letra "a" supra e ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, destinar-se-ão 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendo obrigatório a todos os seus acionistas; e
 - c) o saldo que houver, após as destinações previstas neste Artigo, será destinado a retenção de lucros na forma do artigo 196 da Lei 6.404/76.
 - b. Informar se ele está sendo pago integralmente: Não se aplica
 - c. Informar o montante eventualmente retido: Não se aplica
11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia
 - a. Informar o montante da retenção: Não se aplica

- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos: Não se aplica
- c. Justificar a retenção dos dividendos: Não se aplica
12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências
- a. Identificar o montante destinado à reserva: Não se aplica
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa: Não se aplica
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável: Não se aplica
- d. Justificar a constituição da reserva: Não se aplica
13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar
- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar: Não se aplica
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva: Não se aplica
14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias
- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva: Não se aplica
- b. Identificar o montante destinado à reserva: Não se aplica
- c. Descrever como o montante foi calculado: Não se aplica
15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital
- a. Identificar o montante da retenção: Não se aplica
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital: Não se aplica
16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais
- a. Informar o montante destinado à reserva: Não se aplica
- b. Explicar a natureza da destinação: Não se aplica

Observação Importante

Durante esse exercício fiscal, a Cia não gerou lucro. Não haverá, por conseguinte, pagamento de dividendos aos acionistas da Cia.

CANDIDATOS INDICADOS OU APOIADOS PELA ADMINISTRAÇÃO OU PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES

TITULARES			
NOME	THIAGO RESENDE DE ANDRADE	ATTÍLIO GUASPARI	MARCIA DE LUCA MICHELI
IDADE	32 ANOS	71 ANOS	45 ANOS
PROFISSÃO	ENGENHEIRO DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	ENGENHEIRO CIVIL E MESTRE EM CIÊNCIAS EM ADMINISTRAÇÃO	ECONOMISTA
CPF/MF OU PASSAPORTE	070.623.096-56	610.204.868-72	021.396.537-26
CARGO A SER OCUPADO	TITULAR	TITULAR	TITULAR
DATA DA ELEIÇÃO	30/04/2017	30/04/2017	30/04/2017
DATA DA POSSE	30/04/2017	30/04/2017	30/04/2017
PRAZO DO MANDATO	2A NOS	2A NOS	2 A NOS
OUTRAS POSIÇÕES NA PROMAN	NÃO HÁ	DIRETOR PRESIDENTE	NÃO HÁ

THIAGO DE RESENDE ANDRADE

Suas principais experiências profissionais nos últimos 9 anos incluem: (i) Acesita Previdência Privada ("ACEPREV"): Analista de Investimentos, à partir de Janeiro 2011; (ii) Arcelormittal Brasil S.A. Agosto 2007 à Janeiro 2011 – Analista Financeiro - Gerência Geral de Finanças Corporativas.

ATTILIO GUASPARI

É membro titular do Conselho de Administração e Diretor Presidente da PROMAN (desde setembro de 2005). Suas principais experiências profissionais nos últimos 5 anos incluem: (i) Diretor Presidente da Emissora e membro efetivo do Conselho de Administração desde 26/09/2005, tendo ocupado a função de Presidente do Conselho entre 2005 e 2006; (ii) Membro do Conselho Fiscal da Perdigão S/A, de abril de 2.005 até a presente data; (iii) Membro de Conselho de Administração da Brasil Ferrovias S/A, holding que controla as ferrovias Ferronorte, Ferroban e Novoeste, de 2003 até a presente data; e (iv) Membro do Conselho Fiscal da Salinor – Salinas do Nordeste S/A, de 2003 até a presente data.

MARCIA DE LUCA MICHELI

Suas principais experiências profissionais nos últimos anos incluem: (i) Analista Sênior da Gerência de Análise de Investimentos da Diretoria de Investimentos da Fundação Real Grandeza, desde junho de 2004; (ii) em 2009 foi membro suplente da PROMAN, (iii) fez parte do Comitê de Investimento do FIP Brasil Energia, (iv) anteriormente atuou na Atlantic Rating (atual Fitch Rating), Fundação Telos e, Máxima Asset Management.

Declarações

Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais).

Todos os candidatos declararam, individualmente e para todos os fins de direito, que não sofrem e/ou sofreram qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau.

Todos os candidatos declararam, individualmente e para todos os fins de direito, que inexistem relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre eles e (i) os administradores da PROMAN; (ii) controladores diretos ou indiretos da PROMAN; e (iii) os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da PROMAN.

Observação: A PROMAN não é controladora e ou coligada a outras empresas.

Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle.

O Sr Thiago de Resende Andrade, candidato a ocupar a Presidência do Conselho de Administração da PROMAN, declarou, para todos os fins de direito, que é empregado da Acesita Previdência Privada ("ACEPREV"), entidade integrante do Bloco de Controle da PROMAN, titular de 15% das ações ordinárias dessa Companhia.

O Sr Atílio Guaspari, candidato a membro titular do Conselho de Administração da PROMAN, declarou, para todos os fins de direito, que inexistem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle, mantidas nos 3 (três) últimos exercícios sociais, entre ele e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela PROMAN; (ii) os controladores, diretos ou indiretos, da PROMAN; ou (iii) fornecedores, clientes, devedores ou credores relevantes da PROMAN, de suas controladas ou de suas controladoras.

A Sra. Marcia De Luca Micheli candidata a membro titular do Conselho de Administração da Proman, declarou, para todos os fins de direito, que é empregada da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social (“REAL GRADEZA”), integrante do Bloco de Controle, titular de 20% das ações ordinárias da Proman.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

I – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO:

Remuneração Global Anual equivalente a R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)

II – INFORMAÇÕES INDICADAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.

Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração: A remuneração é calculada com base no pagamento de 1 no salário mínimo/mês vigente na data de aprovação do montante global de remuneração da Administração, para cada membro de Conselho de Administração e Diretoria.
- b. composição da remuneração, indicando:
 - i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles : i. Fixo: 1 salário mínimo por mês para cada membro da Administração da Cia (Conselheiros e Diretores); ii. Variável: Não se aplica
 - ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total: Fixo: 100%
 - iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração: Não se aplica
 - iv. razões que justificam a composição da remuneração: Definição dos Acionistas reunidos em Assembleia.
- c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração: Não se Aplica
- d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho: -Não se Aplica
- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo: Não se Aplica
- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos: Não se Aplica
- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor: Não se Aplica

Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo : Não se aplica (Os Conselheiros e Diretores renunciaram, nos últimos exercícios, a percepção de suas respectivas remunerações)

Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo : Não se aplica

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: Não se aplica

Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Conselho de Administração: Os conselheiros não detêm ações do Emissor

Diretoria:

Diretoria Executiva: Não detém ações do Emissor

Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo : Não se aplica

Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: Não se aplica

Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: Não se aplica

Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: Não se aplica

Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: Não se aplica

Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: Não se aplica. Os Conselheiros e Diretores renunciaram a percepção de remuneração nos últimos 3 anos.

Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor: Não se aplica

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto: Não se aplica. Nos últimos 3 anos os conselheiros e Diretores renunciaram a percepção de remuneração.

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados: Não se aplica



PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO S.A.

Rua Engenheiro Haroldo Cavalcanti, nº 410, sala 210
Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro - RJ,
CEP 22.795-240

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos: Não se aplica

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes : Não se aplica

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017

Nanci Turibio Guimarães
Diretora de Relações com Investidores